



CEDI - P.L.B.
DATA 27/06/94
CDD 011/000-224

PROGRAMA DE REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA: 1<sup>o</sup>.06.93

HORÁRIO: 10:00h

LOCAL: Bloco das Lideranças, Subsolo, Sala SE 10-A

Expositores: - Dr. OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA

- Dr. HERBET OTTO ROGGER SCHUBART, Coordenador de Macrodiretrizes da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

- Dr. SEBASTIÃO AZEVEDO, Procurador-Geral do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA

27 - Dr. FRANCISCO MAIORANA, Representante do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República

- Dr. THEODORICO DE ALMEIDA ROCHA, da Secretaria Executiva do PLANAFLORO

- Dr. BRENT MILLIKAN, do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais-IEA

- Dra. ANA MARIA ALVES AVELAR, Coordenadora do Instituto de Defesa da Identidade Amazônica

19 - Dr. VALDIR CASTELO BRANCO, Representante do Ministro da Integração Regional

TEMA: Esclarecimentos sobre os conflitos acerca da implantação do PLANAFLORO no Estado de Rondônia, no que se refere à incompatibilidade entre as políticas fundiária e ambiental.



---

**PLANAFLORO/POLÍTICA FUNDIÁRIA/POLÍTICA AMBIENTAL**

O IEA e o Fórum das Organizações Não-Governamentais de Rondônia, entidade representativa de pequenos agricultores, seringueiros, comunidades indígenas, ambientalistas e entidades de defesa dos direitos humanos, vem manifestando há algum tempo sua preocupação com a implantação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO). Esta preocupação é decorrente de uma série de fatos que colocam em dúvida a seriedade dos órgãos executores do programa em implementar os seus objetivos sociais, econômicos e ambientais. Entre outros problemas, constatamos exemplos de descumprimento dos acordos contratuais firmados entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, no âmbito do PLANAFLORO.

O PLANAFLORO, com empréstimo de US\$ 167 milhões já aprovado pelo Banco Mundial, é uma tentativa de corrigir a experiência desastrosa do POLONOROESTE, que estimulou a ocupação desordenada e a degradação ambiental em Rondônia e Mato Grosso nos anos oitenta. O projeto pretende adotar um novo modelo de manejo de recursos naturais, baseado no "zoneamento sócio-econômico-ecológico" do Estado, com atividades específicas de recuperação de áreas degradadas, manejo florestal, criação e implantação de Reservas Extrativistas e outras unidades de conservação e preservação, apoio a comunidades indígenas, e outras. Prevê também um programa de reformas institucionais, incluindo políticas de regularização fundiária, visando incentivar o manejo sustentável dos recursos naturais.

Em junho de 1991, foi assinado um "Protocolo de Entendimento" entre o Governo de Rondônia e 12 organizações não-governamentais, garantindo a participação das ONGs nas atividades de planejamento, monitoria e avaliação do PLANAFLORO. O Governo de Rondônia também comprometeu-se a realizar uma série de medidas emergenciais, como ações de fiscalização e desintração em áreas indígenas e outras unidades de proteção ambiental. Quase dois anos depois, o Governo de Rondônia não cumpriu nenhum dos acordos firmados com as ONGs, especialmente no que se refere às ações de fiscalização. Tem alegado falta de recursos para tais atividades. Porém, acaba de solicitar mais de US\$ 5 milhões do Banco Mundial para ressarcimento de gastos adiantados no âmbito do PLANAFLORO, na sua totalidade despesas de manutenção da máquina administrativa.



---

Uma das principais preocupações do Fórum das ONGs de Rondônia diz respeito à incompatibilidade da política fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a legislação ambiental e as diretrizes básicas do PLANAFLORO. Em 15 de abril último, o Fórum encaminhou correspondência ao novo Presidente do INCRA, Osvaldo Russo de Azevedo, com denúncias quanto à atuação da Superintendência Regional do Órgão em Rondônia. Alega que o INCRA tem desrespeitado sistematicamente o zoneamento estadual, criando, por exemplo, projetos de assentamento dentro de áreas previstas para Reservas Extrativistas e outras unidades de conservação e preservação ambiental.

Além disso, salienta que o INCRA nunca elaborou um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), visando a implantação de projetos de assentamento, como determina a legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Ao mesmo tempo, o INCRA estimula a ocupação desordenada de terras públicas federais ao reconhecer o desmatamento e a implantação de pastagens artificiais como "benfeitorias", para fins de reconhecimento de posse. Finalmente, as ONGs acusam a Superintendência Regional do INCRA em Rondônia de envolvimento em vários casos de corrupção, especialmente na supervalorização de terras e benfeitorias nos processos de aquisição de terras.

Depois de alertar que o atual comportamento do INCRA em Rondônia pode comprometer os desembolsos do Banco Mundial para o PLANAFLORO, as ONGs fazem propostas para tornar o órgão mais transparente e democrático, lembrando a importância da participação dos trabalhadores rurais e outras entidades populares no planejamento de ações fundiárias. Reivindicam uma auditoria sobre a corrupção na Superintendência Regional do INCRA em Rondônia, e propõem que os novos Superintendentes sejam indicados pelo Presidente do Órgão em consulta aos "legítimos representantes dos pequenos produtores e outros segmentos da sociedade civil organizada", e não através de "negociações nos bastidores" como acontece atualmente.

A despeito destas reivindicações, foi nomeado no dia 30 de abril, por indicação de políticos do PMDB, um novo Superintendente do INCRA em Rondônia, Francisco Robercílio Pinheiro, ligado a interesses de empreiteiras no Estado. No processo de indicação do novo superintendente, não foram ouvidas as entidades representativas da sociedade civil, sobretudo aquelas ligadas mais



---

diretamente à questão da terra, como a Comissão Pastoral da Terra, Departamento de Trabalhadores Rurais (CUT-Rondônia) e o Movimento Sem-Terra.

Em Rondônia, o INCRA e políticos tem reagido com virulência contra o Fórum das Organizações Não-Governamentais. Em entrevista publicada no Jornal Estadão no dia 02 de maio, o Deputado Federal Maurício Calixto (PFL-RO), 2º vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio-Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, acusou as ONGs de "sensacionalismo" e de terem "propósitos específicos de desestabilizar a Superintendência Estadual do INCRA". O Deputado e o INCRA insistem que todas as ações do Órgão contam com a participação efetiva de sindicatos de trabalhadores rurais, CUT, e a CPT. Mas essas entidades afirmam que nunca ocorreram tais consultas. Além disso, Calixto e o ex-Superintendente do INCRA em Rondônia, José Melo, argumentam que o Órgão propõe apenas regularizar ocupações existentes em Rondônia, mas imagens de satélite demonstram que o que se propõe é realizar assentamentos de milhares de famílias em áreas de solos pobres.

No Conselho Deliberativo do PLANAFLORO, chefiado pelo Deputado Estadual William Curi (ex-coordenador do POLONOROESTE), os Órgãos governamentais votaram contra todas as propostas para compatibilizar a política fundiária do INCRA com a legislação ambiental e as diretrizes do PLANAFLORO.

Em Julho/92, o IEA solicitou à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados a realização desta Audiência Pública para esclarecimento dos conflitos na implantação do PLANAFLORO, no que se refere à incompatibilidades entre as políticas fundiária e ambiental em Rondônia. Tal esclarecimento é fundamental para que se possa iniciar uma discussão sobre os problemas aqui mencionados, bem como suas soluções, já que o PLANAFLORO é um projeto que visa, em última instância, a implantação do desenvolvimento sustentado em Rondônia.

**PLANAFLORO E O ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO DE RONDÔNIA**

O Fórum das organizações Não-Governamentais de Rondônia, entidades representativas de pequenos agricultores, seringueiros, comunidades indígenas, ambientalistas, indigenistas e entidades de defesa dos direitos humanos, vêm manifestando há três anos suas preocupações com a implantação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO). Estas preocupações são decorrentes de fatos que colocam em dúvida a seriedade dos órgãos executores do programa em implementar os seus objetivos sociais, econômicos e ambientais. Entre outros problemas, constatamos exemplos de descumprimento dos acordos contratuais firmados entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, no âmbito do PLANAFLORO.

Em documento oficial de 1989 do Projeto PLANAFLORO, constam os seguintes dados:

- Rondônia recebeu aproximadamente 100 mil famílias nas duas últimas décadas;
- Desmatou pelo menos 21% de sua cobertura vegetal original (5.100.000 ha);
- Da área desmatada 63% encontrava-se em capoeira;
- Constatava a falta de condições de sustentação a médio prazo para pequenos produtores, prevendo a concentração fundiária e a pecuarização extensiva do Estado.

O PLANAFLORO, com empréstimo de US\$ 167 milhões já aprovado pelo Banco Mundial, é uma tentativa de corrigir a experiência desastrosa do POLONOROESTE, que estimulou a ocupação desordenada e a degradação ambiental em Rondônia e Mato Grosso nos anos oitenta. O projeto pretende adotar um novo modelo de manejo de recursos naturais, baseados no "zoneamento sócio-econômico-ecológico" do Estado, com atividades específicas de recuperação de áreas degradadas, manejo florestal, criação e implantação de reservas extrativistas e outras unidades de conservação e preservação, apoio a comunidades indígenas, e outras. Prevê também um programa de reformas institucionais, incluindo políticas de regularização fundiária, visando incentivar o manejo sustentável dos recursos naturais.

**Definição do Zoneamento:**

Zonas	Área (ha)	Finalidade
I	6.195.000	Intencificação da produção Agropecuária
II	3.015.000	Produção Agropecuária
III	589.000	População ribeirinha (atividade agroflor.)
IV	3.500.000	População extrativista (extrativismo vegetal)
V	2.435.000	Manejo florestal (exploração Madeireira)
VI	6.400.000	Conservação e preservação (áreas indígenas biológicas etc.)
<b>TOTAL</b>		<b>22.134.000 (ha)</b>

Zonas I e II (agropecuária).

Hoje a pecuarização generaliza-se em Rondônia, atingindo até a maioria das pequenas propriedades do Estado por falta de opção de culturas. Com a pecuarização e o já iniciado processo de concentração de propriedades, aliado ao sistemático desrespeito à legislação ambiental, no tocante à derrubadas nas áreas que deveriam ser de conservação ambiental, é previsível o êxodo rural e o enfraquecimento econômico da maioria dos municípios.

Boa parte da agricultura e migração interna, estão embasadas nos baixos custos dos cultivo em áreas de derrubadas, prática insustentável, porém defendida de forma inconsequente pela classe política estadual.

Não há esforço efetivo por parte do governo para a sustentabilidade dos pequenos agricultores.

Na realidade, estão sendo implementados polos de produção de cima para baixo, sem o devido envolvimento dos produtores e suas entidades representativas, resultando em planejamentos equivocados e projetos inconsistentes. A exemplo, o polo cítrico foi eniciado com 97.000 mudas de laranja (de baixa qualidade). Destas, 17.000 foram erradicadas por portarem praga/doença e não reter a mínima garantia de mercado para os pomares fomentados. A produção local já fica encalhada nas épocas de maior produção e a área plantada está longe de atender a demanda para a implantação de uma possível indústria.

O polo algodoeiro, que demandará uso crescente de agrotóxicos, deverá agravar problemas de intoxicação de agricultores e contaminação ambiental, dada a forma descuidada no uso do veneno e a não adoção de medidas complementares como a implantação de receitaário agrônômico, capacitação sistemática de

agricultores, técnicos, etc.

O polo de castanha; iniciado com mudas trazidas de fora do estado, para serem plantadas em meio a castanhais nativos locais, fatos que evidenciam o imediatismo e aumento de custos desnecessários.

Zonas III, IV, V, e VI.

A indústria madeireira em geral, adota a condenável prática de exploração imediatista/predatória de madeira, goza de amplo respaldo político a nível de Estado, atuando com desenvoltura nas zonas 04,05,e 06, desrespeitando não apenas o zoneamento bem como a legislação ambiental.

O fato agravante diz respeito ao alto grau de intervenção do setor em comunidades indígenas, a partir do aliciamento de caciques (criação de dependência econômica), num vergonhoso processo etnocida conjugado à omissão e conivência dos órgãos estaduais e federais.

Nas zonas 04 e 05, têm-se constatado a exploração madeireira, onde a SEDAM concede autorização de desmatamento em franco favorecimento a grupos, com único propósito de retirada ilegal de madeira.

Apesar da competência institucional, a SEDAM tem se omitido no cumprimento de ações de controle, fiscalização e monitoramento ambiental, permitindo o desmatamento indiscriminado e a indústria da invasão não poupa sequer as reservas estaduais e áreas propostas para criação de novas reservas extrativistas.

A atuação do Pelotão Florestal (Polícia Militar), respalda-se no discurso da fiscalização florestal para atender prioritariamente interesses de ajustes de complementação salarial e melhoria de infra-estrutura institucional, canalizando recursos financeiros que apenas e eventualmente são eficazmente utilizados na defesa do patrimônio ambiental.

Muito da ocupação desordenada nas zonas 04,05 e 06, em que pese o Zoneamento Estadual, deve-se a falta de vontade política do Governo Estadual quanto ao cumprimento do que preceitua as diretrizes gerais do PLANAFLORO.

Pelo exposto, comunicamos a sociedade brasileira que apesar do PLANAFLORO preceituar avanços consideráveis, no tocante a grave problemática sócio-ambiental do Estado de Rondônia, evidenciamos que a falta de vontade política e de real compromisso dos órgãos executores, tornam este projeto travestido de modelo de desenvolvimento sustentável, contudo, deve continuar os erros do POLONOROESTE e o benefício as minorias que usufruem dos recursos ambientais do Estado.